



## VULNERABILIDADE NAS FRONTEIRAS DE GÊNERO

Temis Gomes Parente<sup>1</sup>

Neste texto apresento algumas reflexões preliminares da pesquisa *Gravidez e adolescência: vulnerabilidade e exploração sexual no norte do Brasil* (Edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT-Saúde). Seu objetivo é o de estudar os fatores de vulnerabilidades das adolescentes exploradas sexualmente na região norte do Estado do Tocantins, vulgarmente conhecida como Bico do Papagaio, situada a 800 quilômetros da capital, Palmas – muito distante, portanto, dos centros administrativos do Estado. Essa região foi considerada como de risco em um mapeamento feito pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (GUIA..., 2007-2008).

Devido à sua localização, muitos programas de governo são desenvolvidos, na região, de forma deficiente, especialmente aqueles direcionados aos(as) adolescentes. Em face disso, o(a) jovem da região se torna mais suscetível aos riscos. Um deles é a gravidez precoce, que não só gera rupturas no projeto de vida da adolescente, mas também provoca demandas ao sistema de saúde em razão do início tardio ou da não realização do pré-natal, do não seguimento das orientações e prescrições médicas, da maior incidência de hipertensão em primíparas, dos casos de parto obstruído, especialmente em adolescentes com idade ginecológica menor de 12 anos, do aborto, do aumento das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS, bem como das reincidências gestacionais. Além disso, a gravidez na adolescência – geralmente indesejada – leva à evasão escolar e à reprodução do ciclo intergeracional da pobreza.

### *Considerações sobre adolescência*

Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa em andamento e, a partir deles, faço uma reflexão sobre as relações de gênero<sup>2</sup> que envolvem a gravidez na adolescência e geram um círculo vicioso nas classes menos favorecidas.

Convém ressaltar que a adolescência<sup>3</sup> é vista pela literatura como um período caracterizado por intensa necessidade de explorar e experimentar o contexto em que se vive. O(a) adolescente

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda pelo CEDEPLAR/UFMG e professora de História da Universidade Federal do Tocantins.

<sup>2</sup> Relações de gênero é aqui amparada na concepção teórica formulada por Scott (1990), como categoria analítica que entende o mundo de mulheres e homens como construções culturais comuns a ambos. Ver também Pedro (2006) e Soihet & Pedro (2007).

<sup>3</sup> Adolescência aqui compreende a faixa etária entre 10 e 19 anos, segundo a Organização Mundial de Saúde.



torna-se, assim, mais vulnerável a comportamentos que envolvem riscos pessoais (IRWIN & MILLSTEIN, apud BORUCHOVITCH, 1992). Se, por um lado, experimentar e explorar são tendências naturais do seu processo de desenvolvimento, vê-se, por outro, que os adolescentes de hoje engajam-se mais e mais em comportamentos que resultam em consequências negativas, a curto e a longo prazo, para uma vida adulta sadia.

É dentro desse contexto de vulnerabilidade que o comportamento sexual do(a) adolescente vem sendo pensado e entendido: como a capacidade do indivíduo, ou do grupo social, de decidir sobre sua situação de risco, estando diretamente associada a fatores individuais, familiares, culturais, sociais, políticos, econômicos e biológicos (BRASIL, 2005). Vislumbram-se então fatores de exclusão social, bem como o fortalecimento das questões de gênero.

Para Castel (1997), o fenômeno da marginalização e da exclusão social pode ser classificado em quatro zonas: a de integração, a de vulnerabilidade, a de assistência e a de desfiliação.<sup>4</sup> A vulnerabilidade, numa posição estratégica, ou intermediária, se caracteriza pela precariedade do trabalho e pelas fragilidades dos suportes de proximidade. É um espaço social de instabilidade, de turbulência, povoado de indivíduos em precária relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional.

O termo “vulnerabilidade”, associado no início à defesa dos direitos de cidadania de grupos ou indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente, passou a ser utilizado nas abordagens analíticas, teóricas, práticas e políticas voltadas à prevenção e controle da epidemia de HIV/AIDS. Vincula-se também às diferenças individuais e às formas de lidar com as dificuldades ambientais, reconhecendo-se, dessa forma, a complexa interação entre a predisposição individual à vulnerabilidade, o ambiente vivenciado e a presença/ausência de estrutura social. Além da pobreza, outros fatores, como as mudanças provocadas pela transição entre a adolescência e a vida adulta, contribuem para potencializar uma maior suscetibilidade do jovem ao risco. Naturalmente vulneráveis pelas características intrínsecas à idade, os adolescentes passam por mudanças físicas, num período considerado intenso pelos desafios, pelas descobertas e pelas oportunidades que se apresentam, por conflitos diante da construção da identidade (descobrir quem é, o que quer ser e seu lugar no mundo), por momentos de transitoriedade marcados pelo fato de não ser mais criança, mas ainda não ser adulto.

---

<sup>4</sup> Na zona de integração, encontram-se os indivíduos que associam trabalho estável com a inserção relacional sólida em grupos familiares e sociais. No outro extremo, na zona de desfiliação, os indivíduos apresentam ausência de participação em qualquer atividade produtiva e isolamento social.



Com o desenvolvimento do conceito de vulnerabilidade foi possível observar ainda que outros fatores interferem e, muitas vezes, determinam a atitude e a conduta das pessoas, ampliando ou diminuindo as situações de risco. Destacam-se entre esses fatores o acesso ou não à informação, a escola, o lazer, o trabalho, os programas de saúde, as condições de vida digna, os códigos culturais sobre como se deve expressar a sexualidade de homens e mulheres, as condições sociais, econômicas, culturais e de educação.

### *Contexto histórico da pesquisa*

Como já se afirmou, esta pesquisa se propõe a pesquisar os fatores de vulnerabilidade da adolescência na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins. Sua situação geográfica dificulta sua participação em fluxos econômicos e demográficos mais intensos. Contudo, a área em estudo conta com uma localização privilegiada quando comparada com o resto da Amazônia,<sup>5</sup> mais distante e menos servida por meios de transportes. Assim, a localização é simultaneamente fator de potencialidade e vulnerabilidade.

Polarizada por Araguaína, no Tocantins, e por Imperatriz, no Maranhão – os dois centros comerciais e de prestação de serviços mais ativos, bem como polos de atendimento à saúde e educação –, a região do Bico do Papagaio é a mais populosa do Tocantins e apresenta uma das maiores densidades demográficas da Amazônia. Ao mesmo tempo registra uma das mais altas taxas de analfabetismo e pobreza do Estado.

Por volta da década de 1970, com o aquecimento do mercado de terras e a conseqüente chegada de fazendeiros, deu-se início, no Bico do Papagaio, a conflitos sociais entre agricultores familiares e empresários, resultando no fortalecimento da organização do primeiro grupo. É o caso das quebradeiras de coco babaçu, que se tornaram um exemplo bem-sucedido de organização civil (ERTZOGUE, 2004).

No período de 1991 a 2000, houve na região em estudo um crescimento populacional altamente diferenciado. A partir das análises dos indicadores demográficos, é possível delinear características importantes da dinâmica populacional da região nesse período: (1) desde 1990, houve um crescimento populacional substancial, que acompanhou o observado no Tocantins; (2) ocorreu um importante processo de urbanização, como um todo, em consonância com o ocorrido no Estado; (3) o componente migratório teve um papel substantivo na dinâmica da região,

---

<sup>5</sup> Os 60% da Amazônia que correspondem ao Brasil constituem a chamada Amazônia Legal, abrangendo os estados do Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.



principalmente a migração intraestadual e a interestadual, com origem no Maranhão e no Pará; (4) as razões de dependência e as de sexo indicam um volume relativamente alto da população urbana e rural em idade ativa, com um diferencial por sexo expressivo na área rural em que se constatou um excedente do número de homens. Finalmente, observou-se uma alta diversidade na dinâmica populacional da região.

Os municípios de Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia, alvo desta pesquisa, se situam no Bico do Papagaio. Localizam-se às margens da rodovia federal BR-226, que percorre o Tocantins em uma faixa de 60 km; liga Aguiarnópolis, na divisa com o Maranhão, até Wanderlândia, que cruza com a BR-153 (Belém–Brasília).

Aguiarnópolis conta com 3.995 habitantes (IBGE, 2007), e se localiza a 485 km de Palmas, capital do Estado. A maioria da população se concentra na zona urbana (IBGE, 2000). Em pesquisa preliminar, verificou-se que a gravidez na adolescência nesse município apresentava um percentual de 26,87% em 2006, considerando a faixa etária menor de 14 anos a 19 anos (MINISTÉRIO..., 2006). A rede local de atendimento na área da saúde é composta por duas unidades de vigilância em saúde, um consultório isolado, um centro de saúde/unidade básica e uma equipe do Programa Saúde na Família (DATASUS, 2009).

Darcinópolis possui 5.130 habitantes e se localiza a 448 km de Palmas. Ali também a população urbana é maior que a rural. Em relação à gravidez na adolescência, o município apresenta um percentual de 29,76% em 2006, considerando a faixa etária de menores de 14 anos a 19 anos (MINISTÉRIO..., 2006). Dispõe da seguinte rede de atendimento na área da saúde: um centro de saúde/unidade básica e uma equipe do Programa Saúde na Família (DATASUS, 2009).

Wanderlândia, município localizado a 417 km de Palmas, possui 9.317 habitantes (IBGE, 2007), sendo a maioria deles radicada em zona urbana (IBGE, 2000). Em 2006, apresentou um percentual de 34,18% de casos de gravidez na adolescência, considerando a faixa etária de menores de 14 anos a 19 anos (MINISTÉRIO..., 2006). O município dispõe da seguinte rede de atendimento na área da saúde: um hospital geral, um centro de saúde/unidade básica e duas equipes do Programa Saúde na Família (DATASUS, 2009).

Assim como muitos outros municípios do Estado e do Brasil, Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia foram apontados pelo *Guia para Localização dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual Infanto-Juvenil ao Longo das Rodovias Federais Brasileiras* (2007-2008), divulgado anualmente pela Polícia Rodoviária Federal, como pontos críticos de exploração sexual de adolescentes. Devo reconhecer que a escolha desses municípios para o desenvolvimento deste



projeto teve como critério o fato de estarem localizados numa região de fronteira, com confluências frequentes no fluxo contínuo e intenso de pessoas procedentes de toda parte do Brasil, aumentando, portanto, os conflitos sociais devido à situação de pobreza existente na região.

### *Vulnerabilidade, exclusão sexual e gênero*

É consenso que, ao entrarem na puberdade, as meninas ficam mais vulneráveis às situações de violência sexual e de gênero. Tornam-se membros de grupos de risco social, devido às constantes violações dos direitos humanos, expressas em casos de maiores índices de pobreza, de abandono escolar de exploração sexual de gestações indesejadas, de abortamentos inseguros, de mortalidade e morbidade maternas, de trabalho infantil e de tráfico de drogas.

Alguns estudos apontam vários elementos para uma maior vulnerabilidade das adolescentes, dentre eles: a imaturidade biopsicossocial; a dependência econômica; o não reconhecimento de seus direitos, incluindo o da legitimidade do exercício sexual; a violência de gênero. Várias pesquisas também revelam que as adolescentes menores de 15 anos e com menor escolaridade são as vítimas mais frequentes de abuso sexual e de atividade sexual desprotegida (VENTURA & VIEIRA, 2007).

Trabalhar com a noção de vulnerabilidade é levar em conta a visão de homens e mulheres plurais, considerando as suas diversidades a partir de suas diferenças. Essa é a razão, portanto, para falar não da adolescência, mas das adolescências, que são definidas por aquilo que está ao seu redor, pelos contextos socioculturais, pela sua realidade, situando-as em seu tempo, em sua cultura (BRASIL, 2005). Assim, passo a perguntar: de quais adolescentes estamos falando? Quais as dimensões social, cultural e pessoal desses sujeitos?

Neste texto vou considerar a estrutura familiar abarcando todas essas dimensões. Afinal, a família é uma construção social que, apesar de variar segundo as épocas, se mantém através daquilo que se chama de “sentimento de família” (GOMES & PEREIRA, 2005). Esse sentimento se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, ajudando a compor o universo do mundo familiar que é único para cada família, mas circula na sociedade através das interações com o meio social em que se vive.

Para Kaloustian & Ferrari (apud GOMES & PEREIRA, 2005), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e dos demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se estrutura. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; é em seu



espaço que se absorvem os valores éticos e morais, e se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e se observam os valores culturais. À medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. Para ser efetiva e eficaz, a vida familiar depende de condições para a manutenção de seus vínculos.

A situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos membros mais vulneráveis desse grupo: os filhos. Vítimas da injustiça social, eles se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial para a melhoria da qualidade de vida impõem a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência. A crise econômica a que está sujeita a família pobre precipita a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar. Essa situação, inicialmente temporária, pode se estabelecer na medida em que as articulações na rua vão se fortalecendo. Em face disso, o retorno dessas crianças ao convívio sociofamiliar fica cada vez mais distante.

Diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é chamada a responder por essa deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar, tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.

#### *Reflexão sobre os dados obtidos na pesquisa*

Nesta apresentação, faço algumas reflexões sobre os dados obtidos nas pesquisas realizadas nos Conselhos Tutelares das cidades de Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia, em março de 2009. Convém destacar que a criação dos Conselhos Tutelares foi uma exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que introduziu no sistema jurídico os princípios da Convenção Internacional sobre Direitos da Criança, com o reconhecimento dos adolescentes como sujeitos de direitos, de sua prioridade absoluta nas políticas públicas e da necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento (VENTURA & VIEIRA, 2007), tem também como um dos objetivos a participação da comunidade em espaços e atividades que a permitam intervir na organização.



Nos três Conselhos Tutelares pesquisados verifica-se uma total falta de estrutura: nenhum deles tem telefone, dependendo de orelhões ou de telefones das prefeituras para comunicações; as instalações são precárias; alguns Conselhos têm computadores, mas não têm impressora; os dados das denúncias são organizados em “livros” ou fichas, com base nos anos de ocorrência. O Conselho de Darcinópolis concentra dados desde o ano de 2003, data de sua criação; já o de Wanderlândia foi criado em 2001, mas só tem dados a partir de 2007. O Conselho de Aguiarnópolis foi fundado em 2001, mas só dispõe de dados a partir de 2005.

No Conselho Tutelar de Darcinópolis, até o ano de 2007, as denúncias de evasão escolar vêm especificadas, uma vez que as escolas, segundo o ECA, têm a obrigação de comunicar aos Conselhos Tutelares, através da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) a ausência dos alunos matriculados. Ao analisar esses dados, ou a falta deles, percebe-se que a realidade pode ser bem mais grave do que parece, pois, muitas vezes, a ausência dos(as) alunos(as) em sala de aula não é informada. As próprias conselheiras,<sup>6</sup> tanto pela fragilidade estrutural do Conselho, como já foi enfocado, como por questões muito mais complexas, não têm condições de acompanhar e fiscalizar esses adolescentes.<sup>7</sup>

Em Wanderlândia e Darcinópolis, não foi possível identificar essas fichas e nem mesmo as denúncias referentes à evasão escolar. Questionadas, algumas conselheiras responderam que elas estariam incluídas na pasta de “Negligências”.

A pasta “Outras denúncias” contém as seguintes ocorrências: maus-tratos, negligência, abandono, omissão, violência sexual. As variações dessas ocorrências abrangem: abandono dos(as) filhos(as) pelas mães; exploração sexual de adolescentes, tanto por familiares como por pessoas desconhecidas; brigas entre adolescentes nas escolas e nas ruas; adolescentes grávidas pela segunda vez que abandonaram o(a) filho(a) pequeno(a) só em casa.

Analisando as denúncias dos três Conselhos é possível levantar alguns dados sobre o perfil das condições econômicas e das relações familiares dos(as) adolescentes das três cidades: (1) a situação das famílias que fizeram ou receberam as denúncias nos referidos Conselhos é precária; (2) a maioria dos responsáveis (mães, pais, avós, tios e outros) fazem parte do que Castel denomina “trabalho precário”;<sup>8</sup> (3) grande parte das famílias reside em regiões do município caracterizadas

---

<sup>6</sup> Cada Conselho Tutelar tem cinco conselheiros(as). Cabe informar que os municípios pesquisados dispõem somente de conselheiras.

<sup>7</sup> Devido às especificidades das conselheiras, os registros das denúncias nem sempre são padronizados, tanto de um Conselho Tutelar para outro como no mesmo Conselho, pois o mandato das conselheiras é de apenas dois anos.

<sup>8</sup> Apesar de Castel (1997) se referir a outro contexto histórico (França), é possível fazer essa relação sobre o trabalho precário que identifiquei nos dados pesquisados. Para esse autor, o trabalho precário compreende pequenos



como de exclusão social.<sup>9</sup> Essa fragilidade das condições do trabalho vai refletir diretamente na inserção relacional, esta caracterizada pelos vínculos que os sujeitos estabelecem com os grupos familiares e sociais mais próximos, o que configura o pertencimento a uma determinada comunidade (CASTEL, 1997).

Nos Conselhos Tutelares de Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia, é evidente a frágil inserção relacional quando se constata que maioria das denúncias é feita por pais e mães que relatam que os(as) filhos(as) saíram de casa e estão perambulando por bares e postos de gasolina para se prostituírem; que os(as) filhos(as) os agridem, bem como aos avós. Assim sendo, recorrem aos Conselhos em busca de providências para ajudar seus/suas filhos(as). No que se refere à caracterização dos vínculos familiares ou afetivos, o histórico registrado nas fichas revela que, em sua grande maioria, essas(es) adolescentes são filhos(as) de mulheres que vivem sozinhas e que vivenciaram a mesma situação que seus/suas filhos(as) estão passando. Convém destacar ainda um expressivo número de denúncias de abandono dos(as) filhos(as) por parte de pais e mães.

Percebe-se, nessas denúncias, a vulnerabilidade econômica em que vivem essas famílias, ao serem sustentadas somente pela mãe que muitas vezes também não tem um emprego formal. Pelo perfil econômico dessas famílias fica claro que elas não têm condições financeiras de responder à responsabilidade que o Estado lhes atribui, ou seja, a de prover um sustento digno, o que faz que com o índice de denúncias por negligência nos dados dos Conselhos Tutelares seja bastante elevado. O abandono da escola pelos(as) adolescentes, principalmente por parte das garotas, após a gravidez, confirma outras pesquisas sobre essa temática (FONTOURA & PINHEIRO, 2009).

Os estudos apontam a educação como um dos fatores no impacto de perpetuação do ciclo de pobreza entre gerações, uma vez que os pais com baixa escolaridade têm dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, realizada pelo IBGE em 2002, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade no ano de 2002 foi de 10,9%. Complementando esse “ciclo maldito”, ressalta-se o aumento do trabalho infantil, provavelmente em decorrência da constante queda na renda das famílias e o aumento do desemprego.

---

trabalhadores independentes, sem reservas econômicas, e [...] trabalhadores intermitentes do campo ou da cidade que não são assumidos pelo sistema corporativo, não se beneficiando de suas garantias (p. 27).

<sup>9</sup> Exclusão social é aqui entendida na perspectiva de que considera os seguintes indicadores: condições de infraestrutura das moradias, material de construção, existência de rede de esgoto e água encanada, existência de serviços como coleta de lixo e transporte coletivo, caracterização da população em termos de escolaridade, de renda e de distribuição da mortalidade infantil (LIBORIO, 2005, p. 417).



Sabe-se, no entanto, que a situação de vulnerabilidade, embora perpassasse todo o grupo de adolescentes, é distinto conforme o recorte etário. Ao tratarmos de adolescentes do sexo feminino na faixa dos 10 aos 14 anos, a situação fica ainda mais complexa, principalmente quando o nosso olhar se volta para um contexto socioeconômico e cultural hostil ao empoderamento das mulheres: são adolescentes, vivendo em condição peculiar de subalternidade, sem ações institucionais que deem conta das especificidades do recorte etário em que elas se inserem ou do fato de serem mulheres com pouca idade (10 a 14 anos), inúmeras já com um histórico de vida sexual ativa, outras submetidas a um cotidiano de violência e usurpação de seus corpos. São sujeitos vulneráveis, sem acesso a instrumentos de proteção ou de apoio institucional dirigidos a essa faixa etária (ECOS..., 2004).

No recorte desta pesquisa, desenvolvido especialmente para este evento, foi possível perceber a vulnerabilidade do(a) adolescente na região amazônica como um dos fatores de sua exclusão social, particularmente a das mulheres, por permanecer e reforçar as prescrições de gênero que interferem em todas as esferas da vida social de jovens que moram em uma região de fronteiras. Essas fronteiras são aqui consideradas em seus aspectos simbólicos ou no conceito tradicional da geografia de um país de extensão continental em que as populações de regiões mais distantes dos centros hegemônicos são as mais afetadas nas questões estruturais e, nesse caso em particular, na forte assimetria de gênero que ordena as relações sociais. As adolescentes são as mais vulneráveis nessa exclusão, pela subordinação do feminino, que repercute desde a educação diferenciada até a posição subalterna que mulheres ocupam no mercado de trabalho. A elas são delegadas as atribuições e responsabilidades com o cuidado com os familiares, gerando um ciclo difícil de ser rompido. Até mesmo o próprio Estado cobra dessas famílias, na maioria das vezes chefiadas por mulheres (mães, avós), aportes materiais e afetivos para os seus filhos de que elas mesmas muitas vezes não dispõem.

### *Bibliografia*

BORUCHOVITCH, Evely. Fatores associados à não-utilização de anticoncepcionais na adolescência. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 26, n.6, dec. 1992.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 10 jan. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretária de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. *Marco legal: saúde, um direito de adolescentes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.



CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 26/27, jan./dez. 1997.

ECOS COMUNICAÇÃO em sexualidade. Gravidez de adolescentes entre 10 e 14 anos e vulnerabilidade social: estudo exploratório em cinco capitais do Brasil. São Paulo, mar.2004. Disponível: <http://www.ecos.org.br/download/Pesquisa%20Gravidez%20na%20Adolescencia%20-%20Mar%20C3%A7o2004.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Conversando com Raimunda. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 6. jun. 2004.

FONTOURA, Natália de Oliveira; PINHEIRO, Luana Simões. Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni, Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília : Ipea, 2009.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciênc. saúde coletiva* [online], v. 10, n. 2 , p. 357-363, 2005.

GUIA para a Localização dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual Infanto-Juvenil ao Longo das Rodovias Federais Brasileiras: mapeamento 2007-2008. Brasília: Organização Internacional do Trabalho/Escritório Internacional do Trabalho, 2007.

IBGE. *Contagem da população 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. *Metodologia das estimativas da população do Brasil 2007: grandes regiões, unidades da federação e municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/.../censo2000/default.shtm>. Acesso em: 10 jan. 2010.

LIBORIO, Renata Maria Coimbra. Adolescente em situação de prostituição: uma análise da exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 3, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo: Ed. Unesp, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Rev. Bras. Hist.* [online], v. 27, n.54, 2007.

VENTURA, Miriam; VIEIRA, Clátia Regina. Aspectos jurídicos da proteção à adolescente. In: TAQUETE, Stella R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescentef/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.